



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2020

REGISTRO DE PREÇOS

A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL, por intermédio de sua filial, a FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA – FMCE (UASG 168007), doravante denominada IMBEL/FMCE, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria Nº 001/001/20 – IMBEL/FMCE, torna público que fará realizar uma licitação **tipo menor preço por item** sob a modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, todos integrantes do **Processo Administrativo 2020PR000001**.

Integrará o presente Registro de Preços a IMBEL/FMCE como órgão gerenciador. Respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar este registro outras Unidades Gestoras, na condição de órgãos não participantes.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de Outubro de 2015, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 5.450, de 31 de Maio de 2005, Decreto nº 8.540, de 09 de Outubro de 2015, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC)**, demais diplomas legais e no presente Edital.

A sessão pública destinada ao recebimento de propostas relativas ao objeto deste Edital e seus Anexos ocorrerá no sítio do COMPRASNET, no endereço eletrônico, data e horário seguinte:

DATA: 03/03/2020

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:00 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

2. DO OBJETO

2.1. O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os dirigentes, empregados, estagiários e pessoal cedido para a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos, que tenham registrado no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas todas as atividades pertinentes e compatíveis com o exigido no objeto deste certame e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br para acesso ao sistema eletrônico. Para a habilitação, o interessado deverá atender as condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

dia útil anterior a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. Como requisito para participação neste Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital. (§ 2º, Art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).

3.3. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.4. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Inciso III do Art 13, do Decreto nº 5450/2005).

3.5. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV do Art 13, do Decreto nº 5450/2005).

3.6. As empresas deverão estar devidamente CADASTRADAS E HABILITADAS PARCIALMENTE (Habilitação Parcial Válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.7. Em virtude da alteração do campo “Descrição Complementar”, de preenchimento obrigatório pelo fornecedor, que passou de 800 (oitocentos) caracteres para 5.000 (cinco mil) caracteres, bem como seu título de “Descrição Complementar” para “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” os licitantes deverão, no momento do cadastramento das propostas, descreverem de forma detalhada cada item ofertado, esclarecendo minuciosamente, todas as informações sobre o serviço ofertado, não utilizando expressões genéricas e/ou vazias de informações, sob pena de terem suas propostas desclassificadas.

3.8. A linha de fornecimento do licitante vencedor será consultada no SICAF, ocasião em que será verificado se o mesmo está autorizado a comercializar o serviço, objeto deste edital, caso haja alguma dúvida será realizado consulta o cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) e, solicitado ainda o contrato social da empresa registrado na junta comercial do respectivo Estado da Federação. Em caso do licitante não estiver autorizado a comercializar o serviço objeto deste certame, terá sua proposta recusada.

3.9. A administração poderá realizar diligências em qualquer fase da licitação, de acordo com o § 3º do Art 43, da Lei 8.666/93.

3.10. A empresa vencedora não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.

3.11. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta ou a sua qualificação como ME ou EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005 e nas demais normas afetas à matéria.

3.12. Não poderão participar desta licitação as empresas que:

3.12.1. Estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.12.2. Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal; e

3.12.3. Empresas constituídas em consórcio.



3.12.4. Empresas impedidas de licitar com à Administração Pública Federal.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (Inciso VI do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002).

4.2. O credenciamento se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. Os licitantes, ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão.

4.4. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Artigo 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

4.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a IMBEL/Sede responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Artigo 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS E ARQUIVOS ANEXOS

5.1. A proposta de preços (Anexo II deste edital) deverá conter as seguintes indicações e exigências:

- a) Razão social, CNPJ e endereço completo da sede do proponente;
- b) Conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo marca e modelo (se for o caso) detalhadamente as características e outros elementos que permitam facilitar o julgamento;
- c) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;
- d) Ser assinada, por pessoa autorizada na última folha e preferencialmente rubricada e numerada, sequencialmente, em todas as folhas;
- e) Prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- f) Conter preço unitário e total, expressos em algarismo e por extenso, em moeda nacional contendo no máximo 02 (duas) casas decimais nos centavos;
- g) Havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

5.2. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5.4. O edital poderá ser retirado também diretamente na IMBEL através da apresentação para cópia de um Pen-drive, CD, etc ou solicitado via e-mail licitacoes@imbel.gov.br.



6. DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir da data e horário previstos neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 001/2020, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento dos mesmos e de seus respectivos valores e horários de registro.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos. **7.3** O licitante deverá respeitar o espaço de tempo de 20 segundos para efetuar seus lances, ou seja, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos.

7.4 Os lances enviados em desacordo com o item anterior serão descartados automaticamente pelo sistema Comprasnet.

7.5. Cada licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. O sistema permitirá a formulação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo para fins de classificação aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

7.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.8.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes através de opção incluir impugnações, esclarecimentos e avisos no sistema do comprasnet, quando será emitido pelo pregoeiro um “AVISO” informando o novo dia e horário para prosseguimento do certame. .

7.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que informará o tempo de fechamento iminente dos lances que poderá ser de 1 a 60 minutos, findo o tempo de encerramento iminente o sistema do comprasnet entrará automaticamente no encerramento aleatório que poderá ser de 1 segundo a 30 minutos.

7.10. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.



7.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, obtido por meio de pesquisa de mercado.

8.2. Confirmada a aceitabilidade da proposta, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital e seus anexos.

8.3. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO**.

8.4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes neste Edital e seus anexos.

8.4.1. Ocorrendo a situação referida no subitem **8.4**, o pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido o preço da proposta anteriormente recusada.

8.4.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DO ENVIO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. - O pregoeiro convocará os licitantes, via sistema comprasnet, opção CONVOCAR ANEXO, para anexar, **no prazo de 2 (duas) horas**, as propostas de preços (anexo II) atualizados com todas as exigências contidas no Edital/Anexos.

9.1.1 – Os licitantes convocados que não enviarem os anexos no prazo estipulado no item anterior, terão suas propostas recusadas.

9.1.2 – Após a aceitação da proposta, o licitante deverá encaminhar os documentos habilitatórios previstos nesse instrumento **no prazo de 2 (duas) horas** após a convocação pelo chat do comprasnet, através do e-mail licitacoes.fmce@imbel.gov.br.

9.1.3 – Os licitantes convocados que não enviarem tais documentos no prazo estabelecido no item anterior terão sua proposta recusada.

9.1.4. Após a homologação do certame pela autoridade competente, os documentos originais ou cópias devidamente autenticadas em cartório, juntamente com as propostas de preços deverão ser enviados no prazo de 3 (três) dias úteis, à Indústria de Material Bélico do Brasil, sito à Rua Monsenhor Manoel Gomes, 520, Caju, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.931-673, em envelope fechado, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL / FMCE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 ENVELOPE COM
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE: _____



CNPJ Nº _____

9.1.4.1. Os documentos produzidos por processo de cópia, poderão ser autenticados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, devendo o licitante interessado comparecer a Indústria de Material Bélico do Brasil, sito à Rua Monsenhor Manoel Gomes, 520, Caju, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.931-673, munido dos documentos originais e suas respectivas cópias para autenticação no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação do certame de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 13:00.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A Habilitação Parcial Válida, do licitante será verificada “*on line*” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.2. Os licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a) em original;
- b) por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado, ou por Cartório competente;
- c) publicação em órgão da Imprensa Oficial.

10.4. As empresas que estiverem com o SICAF em dia (atualizado) estarão dispensadas de apresentar os documentos (certidões) de habilitação por ele contemplados (Receita Federal, Receita Estadual/Distrital, Receita Municipal, FGTS, INSS e Qualificação Econômica Financeira), caso haja alguma restrição, a empresa vencedora deverá enviar a respectiva certidão com data de até a abertura do certame e o balanço comercial do exercício anterior.

10.4.1. Em se tratando de documentos emitidos via internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes para a referida validação, e se apresentado de outra forma, deverão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

10.4.2. Em hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, de modo que a falta de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante.

10.5. Os licitantes deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

10.6.1. Relativamente à HABILITAÇÃO JURÍDICA do licitante:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor do licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



10.6.2. Relativamente à REGULARIDADE FISCAL do licitante:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS; e
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

10.6.3. Relativamente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA do licitante:

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.6.4. Relativamente a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do licitante:

- a) Registro ou inscrição que comprove autorização prévia para operação;
- b) Apresentar no mínimo 01 (Um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que o licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, serviço(s) pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão conforme modelo do Anexo VII.

10.6.5. Documentos Complementares do Licitante Vencedor do Certame:

10.6.5.1. O licitante vencedor do certame terá um prazo de 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, contados a partir do dia útil imediato, para apresentar os seguintes documentos complementares:

- 1) Comprovante de registro na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que ateste que a licitante está legalmente autorizada a operar com seguro de vida em grupo nos termos da Lei;
- 2) Carta, comprovante ou declaração da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade do licitante para operar no mercado segurador brasileiro, no ramo pertinente ao do objeto deste certame.
- 3) Documento formal (Carta, Ofício, Declaração, etc..), contendo a relação dos documentos que o Segurado deverá apresentar caso ocorra algum sinistro, dentro dos seguintes eventos:

a) Morte Natural ou Acidente do Segurado:

b) Invalidez Permanente por Acidente(IPA) e Invalidez Permanente por Doença (IPD) do Segurado; e

c) Morte Natural ou Acidente do Cônjuge.

d) Não será admitido pela Administração no documento formal previsto no nº 3 acima, a inserção de observação tais como: **“A SEGURADORA SE RESERVA DO DIREITO DE SOLICITAR DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE JULGAR NECESSÁRIO”** e outras que possam dificultar e atrasar o pagamento do benefício ao Segurado ou ao Beneficiário, pois o interesse Público está acima do interesse Particular.

10.6.5.2. O licitante vencedor do certame que deixar de apresentar os documentos elencados nos nº 1; 2 e 3 acima, dentro do prazo concedido no item 10.6.5.1, terá o contrato rescindido, sua



proposta RECUSADA, sendo convocado o licitante segundo colocado para nas mesmas condições apresentar os documentos habilitatórios e proposta de preços, instauração do devido Processo Administrativo contra a empresa e execução da garantia contratual caso tenha causado algum prejuízo para à Administração.

OBS: À Administração irá consultar da empresa provisoriamente primeira colocada o CADIN, o portal da transparência CEIS para verificar se a empresa encontra-se declarada inidônea ou impedida de licitar com a Administração Pública Federal, o site do Conselho Nacional de Justiça para verificar se a empresa encontra-se condenada por Improbidade Administrativa e o site do TST para verificação da certidão de dívidas trabalhistas do dia da abertura do certame. No caso da empresa vencedora estar impedida de licitar com a Administração Pública Federal, declarada Inidônea, condenada por Improbidade Administrativa ou a Certidão de Dívidas Trabalhistas positivada, terá sua proposta recusada.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnação do ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de impugnar nos termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

11.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

11.1.2. Sendo acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11.1.3. Os pedidos deverão ser enviados ao pregoeiro, por meio eletrônico via internet, pelo endereço licitacoes.fmce@imbel.gov.br.

11.1.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.1.5. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos do ato convocatório deste Pregão, até 03 (três) dias úteis antes do término da data fixada para entrega das propostas, decaindo do direito perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).

12.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante classificada em primeiro lugar.



12.4. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Indústria de Material Bélico do Brasil, sito à Rua Monsenhor Manoel Gomes, 520, Caju, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.931-673.

13. DO PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS E DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO

13.1. O prazo de início dos serviços será a partir da data de assinatura do contrato.

13.2. Os serviços deverão ser prestados em acordo com as localidades definidas no objeto do certame.

14. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O preço a ser pago à CONTRATADA será definido com base nos valores constantes da proposta vencedora, referente ao Pregão 001/2020 – IMBEL/FMCE, e de acordo com o número de beneficiários incluídos.

14.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da Nota Fiscal/Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, que deverá ser devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

14.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia no cadastro da CONTRATADA junto ao SICAF, no site do Conselho Nacional de Justiça para verificação de improbidade Administrativa, no site do Tribunal Superior do Trabalho para verificação de dívidas trabalhistas, no site do Portal da Transparência e no CADIN, o pagamento por serviços prestados será efetuado, sendo a CONTRATADA notificada para promover as correções ou apresentar suas justificativas, tudo por escrito. Não havendo correções ou justificativas aceitas pela CONTRATADA, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste instrumento e a execução da garantia contratual para cobrir possíveis prejuízos causados a Administração.

14.4. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, todos calculados sobre os pagamentos efetuados, observando os procedimentos previstos nas Instruções Normativas SRF nº 539, de 25 de abril de 2005, exceto nos demais casos previstos na Lei.

14.5. Em hipótese alguma será admitida antecipação do pagamento.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira para com a IMBEL.

14.7. Serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da contratada, quando tais valores não forem ressarcidos pela Contratada;

14.8. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a IMBEL/Sede por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

14.9. A Nota Fiscal/Fatura, deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitida pelo Contratante.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte da IMBEL, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os



encargos moratórios devidos pela UG Contratante, entre a data em que o pagamento é devido e a data correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria; serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. DA CONTRATADA

15.1.1. Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento.

15.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato;

15.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

15.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela contratante por meio de consulta “on line” no SICAF, no site do TST para verificação de dívidas trabalhistas, no site do Conselho Nacional de Justiça, para verificação de condenação por Improbidade Administrativa, no Portal da Transparência CEIS, para verificação se a empresa não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e ainda junto ao SIAFI para verificação do cadastro de inadimplentes (CADIN).

15.1.5. O Inadimplemento ao subitem **18.1.4.** anterior, ensejará a rescisão do contrato além das penalidades previstas em Lei.

15.1.6. Comunicar oficialmente com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, sua intenção em não manter o Termo Contratual, para que a Administração possa ter tempo hábil em realizar novo processo licitatório.

15.1.7. Garantir o sigilo de dados dos empregados da IMBEL, devendo os mesmos serem fornecidos exclusivamente à IMBEL, sendo vedada sua utilização para outros fins.

15.1.8. Manter preposto junto ao Fiscal do Contrato, para sanar todas as dúvidas ou irregularidades surgidas, durante a execução do contrato.

15.1.9. Prestar o serviço objeto deste contrato estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência do Pregão 001/2020 – IMBEL/FMCE, e demais documentos que o integram, responsabilizando-se inteiramente pela prestação inadequada do serviço.

15.1.10. Atender, durante a vigência do Contrato, o previsto no Art 14 da Circular SUSEP nº 317,



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

de 12 de janeiro de 2006

15.1.11. Pagar as indenizações nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora, pela IMBEL/Sede em até 30 (trinta) dias úteis, para todas as coberturas constantes do item 27 deste edital, inclusive o valor adicional da Assistência Funeral.

15.1.12. A Seguradora se obriga a adiantar, mediante apresentação da certidão de óbito pela IMBEL/Sede, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado ou do cônjuge, ao beneficiário declarado, de maior percentual, no cartão-proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada.

15.1.13. A Contratada se obriga a efetuar o pagamento de indenização referente à invalidez por doença de uma só vez ao próprio segurado, comunicando imediatamente a contratante.

15.1.14. A CONTRATADA se obriga, caso venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, a pagar o valor devido atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

15.1.15. A Contratada, se obriga a informar ao Fiscal de Contrato da IMBEL/FMCE-RJ, no prazo máximo de 2 (dois) dia útil, contados a partir do dia útil imediato ao recebimento do dossiê de documentos, a falta de algum documento para pagamento do sinistro, para que seja providenciado pelo beneficiário.

16.2. DA CONTRATANTE

16.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

16.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

16.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado.

16.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

16.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

16.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

16.2.7. A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

17. DO REAJUSTAMENTO

17.1. Decorridos doze meses, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice estipulado pela SUSEP. No caso de não houver índice de reajuste estipulado pela SUSEP, o reajustamento será pelo IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

17.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



17.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

18.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.1.1. advertência;

18.1.2. multa;

18.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Indústria de Material Bélico do Brasil, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III do Art 87 da Lei 8666/93.

18.1.4. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Art. 7º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; e

18.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

18.2. A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

18.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato.

18.2.2. multa de 1,0% (um por cento) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de execução dos serviços, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;

18.2.3. multa de 1,0% (um por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;

18.3. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à administração pública.

18.4. A multa aplicada deverá ser recolhida a IMBEL/Sede por meio de GRU (guia de recolhimento da união), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela IMBEL e o recibo entregue na Seção Financeira da IMBEL/FMCE.

18.5. O valor total da multa aplicada e não recolhida pelo licitante através GRU, será descontado da garantia contratual e, no caso da garantia não cobrir o valor da multa aplicada, a diferença será cobrada do(s) pagamento(s) eventualmente devidos pela administração ou cobrada judicialmente.

18.6. Se o adjudicatário recusar-se a assinar o termo de contrato injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes, para nas mesmas condições inclusive de preços, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, previstas neste instrumento.

18.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório, mas meramente moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime de eventual reparação de perdas e danos, que do seu ato venham a acarretar.

18.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.



18.9. Para aplicação das sanções será observado o devido processo legal, por meio da instauração de processo administrativo.

19. DO CONTRATO

19.1. O instrumento contratual firmado entre a empresa vencedora e a IMBELFMCE - RJ se constituirá do presente Edital e seus anexos, da proposta de preços apresentada pela Licitante e da Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

19.2. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, ao final de 12 (doze) meses, mediante comunicação entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

20. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO E DA RENOVAÇÃO

20.1. O prazo de validade do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovado através de Termo Aditivo por iguais períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

21. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

21.1. Os contratos regidos pela Lei 13.303/2016, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou de serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- e) Nos demais casos previstos em Lei.

21.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

21.3. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

22. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

22.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências



contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

22.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I** - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - II** - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - III** - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão, do serviço nos prazos estipulados;
 - IV** - o atraso injustificado no início do serviço.
 - V** - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - VI** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
 - VII** - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - VIII** - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8666/93;
 - IX** - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - X** - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - XI** - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - XII** - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - XIII** - a supressão, por parte da IMBEL dos serviços contratados, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;
 - XIV** - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - XV** - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - XVI** - a não liberação, por parte da IMBEL, de informações e dados de beneficiários que possam impedir a execução do Contrato;
 - XVII** - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- OBS: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- XVIII** - descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da CF/88, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



22.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada pela IMBEL, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do item **22.2**, após procedimento administrativo, com oferta de contraditório e ampla defesa.

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

22.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

22.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do item **22.2**, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia; se houver;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

23. DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas vigentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

23.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

23.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

23.3.1. O fiscal do contrato ou seu substituto deverá dar ciência formalmente ao preposto da contratada e, se possível colher o “VISTO” do mesmo no seu livro de registro próprio.

23.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

23.5. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, junto a sede da IMBEL/FMCE -RJ, para representá-lo na execução do contrato.

23.6. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

23.7. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela IMBEL.

23.8. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

23.9. A inadimplência do contratado, com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e



comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

23.10. Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do contrato ou seu substituto.

24. DAS ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

24.1. A prestação do serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelos termos deste Edital, pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, resultantes do Pregão nº 001/2020, a ser firmado pela IMBEL/FMCE-RJ e pela Contratada, em conformidade com a legislação em vigor, em especial, o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 60459, de 13 de março de 1967, assim como pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

24.2. A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos e/ou coberturas contratadas pela IMBEL, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento;

24.3. A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.

24.4. A CONTRATADA prestará os serviços de seguro de vida em grupo aos funcionários da IMBEL, com observância às regras estabelecidas neste instrumento e com as seguintes coberturas:

24.4.1. Morte Natural – Cobertura Básica - CB: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, em caso de morte por causa natural, o pagamento de uma indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

24.4.2. Indenização Especial por Morte Acidental - IEA: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, o pagamento de uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) do capital básico segurado, caso o segurado principal venha a falecer em consequência de acidente pessoal.

24.4.3. Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente - IPA: garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar permanentemente inválido, em função de acidente, o pagamento de uma Indenização no valor de até de 100% (cem por cento) do capital básico segurado. O cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez (total ou parcial), de acordo com a Tabela de Invalidez Permanente aprovada pela SUSEP, e constante das condições gerais da Apólice.

24.4.4. Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IPD-F: garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar total e permanentemente inválido, em função de doença, o pagamento de uma indenização no valor de 100% (cem por cento) do capital básico segurado.

24.4.5. Inclusão Automática DO Cônjuge ou companheiro(a) - IAC: os cônjuges ou companheiros(as) participarão do Seguro de forma automática, com capital correspondente a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital básico do segurado principal.

24.4.6. Assistência Funeral: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em caso de morte do segurado principal. O valor pago referente a assistência funeral será adicional, não sendo deduzido do valor do capital segurado.

25. DA PERDA DO DIREITO AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

25.1. Deixarão de fazer jus ao Seguro de Vida em Grupo:



- a) o empregado, pelo desligamento da IMBEL;
- b) o empregado afastado por motivo de Licença sem vencimentos.

26. DOS BENEFICIÁRIOS

26.1. O segurado principal poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão.

26.2. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

27. PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES DE SINISTROS

27.1. As indenizações deverão ser pagas pela CONTRATADA, nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora pela IMBEL/Sede, até 30 (trinta) dias úteis, para todas as coberturas constantes do item 27 deste edital, inclusive o valor adicional da Assistência Funeral.

27.2. A Seguradora adiantará, mediante apresentação da certidão de óbito pela IMBEL/FMCE, no prazo de 2(dois) dias úteis, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado ou do cônjuge, ao beneficiário declarado, de maior percentual, no cartão-proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada.

27.3. O pagamento de indenização referente à invalidez por doença será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.

27.4. Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

28. GRUPO E CAPITAL SEGURADO

28.1. Estima-se, com base no dia 30/12/2019, o grupo de 129 (cento e vinte e nove) segurados, conforme distribuição contida na Tabela de Faixa Etária por Capital Segurado do Anexo IV.

28.2. Integram o grupo segurado todos os empregados que possuem vínculo trabalhista com a IMBEL (Dirigentes, Empregados e Aprendizes), os Estatutários, o pessoal cedido (Militares da Ativa e Reserva) e os Estagiários.

28.3. O capital básico segurado individual será distribuído por cargos conforme Tabela abaixo:

ITEM	CARGO	CAPITAL SEGURADO EM R\$	QUANTIDADE DE VIDAS
01	Diretor, Chefe de Fábrica, Chefe de Unidade, Chefe de Departamento, Assessor Chefe e Superintendente.	140.000,00	1
02	Gerente, Chefe de Divisão, Assessor Especial e Assessor	70.000,00	7



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

03	Advogado, Engenheiro e Supervisor	55.000,00	19
04	Analista Especializado e Militar	35.000,00	16
05	Demais cargos (níveis)	22.000,00	82
06	Estagiários	8.500,00	4
TOTAL			129

28.4. A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações após a assinatura do contrato.

29. DO FORO

29.1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ, onde serão dirimidos todos os litígios judiciais oriundos do presente processo licitatório.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Esta licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, conforme o disposto no Art. 29, do Decreto 5450/2005.

30.2. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não influenciar na formulação da proposta.

30.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

30.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais, desta Administração.

30.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

30.7. As normas que regem este pregão serão usadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.8. Quaisquer informações complementares sobre o presente edital e seus anexos poderão ser obtidas na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL/FMCE, sito à Rua Monsenhor Manoel Gomes, 520, Caju, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.931-673, no horário das 08:30 h às 13:00 h, ou pelo telefone (21) 3295-5931.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

30.9. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo Proposta de Preços

Anexo III – Minuta do Contrato

Anexo IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.

Rio de Janeiro, RJ, XX de fevereiro de 2020.

NILTON GONÇALVES REZENDE
Ordenador de Despesas



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a implantação de apólice para os dirigentes, empregados, estagiários e pessoal cedido para a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FMCE, conforme as condições definidas no edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Restabelecimento do Seguro de Vida para os empregados da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FMCE, em cumprimento à sentença judicial da 60ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A prestação do serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelos termos deste Edital, pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, resultantes do Pregão nº 001/2020, a ser firmado pela IMBEL/FMCE - DF e pela Contratada, em conformidade com a legislação em vigor, em especial, pelo Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 60459, de 13 de março de 1967, assim como pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.2. A prestação dos serviços mediante a emissão de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos e/ou coberturas contratadas pela IMBEL, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento;

3.3. A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.

3.4. A CONTRATADA prestará os serviços de seguro de vida em grupo aos funcionários da IMBEL, com observância às regras estabelecidas neste instrumento e com as seguintes coberturas:

3.4.1. Morte Natural – Cobertura Básica - CB: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, em caso de morte por causa natural, o pagamento de uma indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

3.4.2. Indenização Especial por Morte Acidental - IEA: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, o pagamento de uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) do capital básico segurado, caso o segurado principal venha a falecer em consequência de acidente pessoal.

3.4.3. Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente - IPA: garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar permanentemente inválido, em função de acidente, o pagamento de uma Indenização no valor de até de 100% (cem por cento) do capital básico segurado. O cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez (total ou parcial), de acordo com a Tabela de Invalidez Permanente aprovada pela SUSEP, e constante das condições gerais da Apólice.

3.4.4. Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IPD-F: garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar total e permanentemente inválido, em função de doença, o pagamento de uma indenização no valor de 100% (cem por cento) do capital básico segurado.

3.4.5. Inclusão Automática DO Cônjuge ou companheiro(a) - IAC: os cônjuges ou companheiros(as) participarão do Seguro de forma automática, com capital correspondente a 50%



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

(cinquenta por cento) do respectivo capital básico do segurado principal.

3.4.6. Assistência Funeral: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em caso de morte do segurado principal. O valor pago referente a assistência funeral será adicional, não sendo deduzido do valor do capital segurado.

Funcionários				
Sexo	Classe Funcionário-Descrição	Data de Nascimento	Cargo Básico-Descrição	Idade
M	FMCE – Empregado de Carreira	05/05/1970	ADVOGADO	49
M	FMCE – Empregado Temporário	29/11/1968	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	51
F	FMCE – Empregado de Carreira	27/05/1970	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	49
M	FMCE – Empregado de Carreira	11/03/1971	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	48
M	FMCE – Empregado de Carreira	09/09/1971	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	48
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/10/73	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	46
M	FMCE – Empregado de Carreira	26/07/1981	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	38
M	FMCE – Empregado de Carreira	09/09/1951	ANALISTA ESPECIALIZADO	68
M	FMCE – Empregado de Carreira	03/01/1952	ANALISTA ESPECIALIZADO	67
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/09/1952	ANALISTA ESPECIALIZADO	67
M	FMCE – Empregado de Carreira	29/08/1964	ANALISTA ESPECIALIZADO	55
F	FMCE – Empregado de Carreira	12/11/1969	ANALISTA ESPECIALIZADO	50
F	FMCE – Empregado de Carreira	01/03/1988	ANALISTA ESPECIALIZADO	31
M	FMCE – Empregado de Carreira	08/02/1989	ANALISTA ESPECIALIZADO	30
M	FMCE – Livre Provimento	21/10/1962	ASSESSOR CHEFE	57
M	FMCE – Livre Provimento	08/05/1962	ASSESSOR	57
M	FMCE – Empregado de Carreira	10/02/1952	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	67
M	FMCE – Empregado de Carreira	21/12/1958	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	28/03/1959	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	60
M	FMCE – Empregado de Carreira	02/05/1965	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	54
M	FMCE – Empregado de Carreira	30/01/1970	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	49
F	FMCE – Empregado de Carreira	02/04/1975	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	44
F	FMCE – Empregado de Carreira	18/04/1982	AUX TECNICO ADMINISTRATIVO	37
M	FMCE – Empregado de Carreira	24/06/1965	AUXILIAR TECNICO INDUSTRIAL	54
M	FMCE – Empregado de Carreira	31/03/1977	AUXILIAR TECNICO INDUSTRIAL	42
M	FMCE – Empregado de Carreira	06/03/1958	CHEFE DE DIVISÃO	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	13/09/1961	CHEFE DE DIVISÃO	58
F	FMCE – Empregado de Carreira	09/07/1964	CHEFE DE DIVISÃO	55
M	FMCE – Livre Provimento	08/11/1962	CHEFE DE DIVISAO	57
M	FMCE – Livre Provimento	06/08/1965	CHEFE DE UNIDADE	54
M	FMCE – Empregado de Carreira	12/07/1955	ENGENHEIRO	64
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/02/1960	ENGENHEIRO	59
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/03/1961	ENGENHEIRO	58
M	FMCE – Empregado de Carreira	09/07/1963	ENGENHEIRO	56
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/07/1963	ENGENHEIRO	56
M	FMCE – Empregado de Carreira	03/02/1977	ENGENHEIRO	42
M	FMCE – Empregado de Carreira	25/12/1980	ENGENHEIRO	39



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

M	FMCE – Empregado de Carreira	07/11/1982	ENGENHEIRO	37
M	FMCE – Empregado de Carreira	21/11/1982	ENGENHEIRO	37
F	FMCE – Empregado de Carreira	13/02/1985	ENGENHEIRO	34
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/10/1985	ENGENHEIRO	34
F	FMCE – Empregado de Carreira	18/09/1986	ENGENHEIRO	33
F	FMCE – Empregado de Carreira	23/11/1987	ENGENHEIRO	32
M	FMCE – Empregado de Carreira	12/03/1991	ENGENHEIRO	28
M	FMCE – Empregado de Carreira	24/05/1991	ENGENHEIRO	28
M	FMCE – Empregado de Carreira	08/05/1993	ENGENHEIRO	26
F	FMCE – Jovem Aprendiz	11/10/1999	ESTAGIÁRIO	20
F	FMCE – Jovem Aprendiz	03/11/1999	ESTAGIÁRIO	20
M	FMCE – Jovem Aprendiz	24/01/2000	ESTAGIÁRIO	19
M	FMCE – Livre Provisão	09/12/1962	GERENTE	57
M	FMCE – Empregado de Carreira	02/11/1951	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	68
M	FMCE – Empregado de Carreira	21/03/1958	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	24/02/1960	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	59
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/05/1965	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	54
M	FMCE – Empregado de Carreira	13/05/1977	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	42
M	FMCE – Empregado de Carreira	30/10/1977	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	42
M	FMCE – Empregado de Carreira	21/03/1986	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	33
M	FMCE – Empregado de Carreira	11/04/1990	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	29
M	FMCE – Jovem Aprendiz	28/10/1999	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	20
M	FMCE – Militar	21/06/1969	MILITAR DA ATIVA	50
M	FMCE – Militar	15/11/1971	MILITAR DA ATIVA	48
M	FMCE – Militar	29/06/1972	MILITAR DA ATIVA	47
M	FMCE – Militar	05/09/1972	MILITAR DA ATIVA	47
M	FMCE – Militar	08/07/1973	MILITAR DA ATIVA	46
M	FMCE – Militar	10/10/1982	MILITAR DA ATIVA	37
M	FMCE – Militar	13/01/1985	MILITAR DA ATIVA	34
M	FMCE – Militar	13/03/1989	MILITAR DA ATIVA	30
M	FMCE – Militar	19/02/1992	MILITAR DA ATIVA	27
M	FMCE – Empregado de Carreira	16/10/1959	MOTORISTA	60
M	FMCE – Empregado de Carreira	08/09/1963	MOTORISTA	56
M	FMCE – Empregado de Carreira	23/06/1983	MOTORISTA	36
M	FMCE – Empregado de Carreira	18/11/1957	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	62
M	FMCE – Empregado de Carreira	07/12/1958	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	26/06/1960	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	59
M	FMCE – Empregado de Carreira	17/07/1962	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	57
F	FMCE – Empregado de Carreira	02/11/1951	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	68
M	FMCE – Empregado de Carreira	25/04/1957	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	62
F	FMCE – Empregado de Carreira	21/05/1957	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	62
F	FMCE – Empregado de Carreira	24/02/1959	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	60
M	FMCE – Empregado de Carreira	13/06/1963	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	56
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/08/1965	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	54
M	FMCE – Empregado de Carreira	20/12/1965	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	54



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

F	FMCE – Empregado de Carreira	17/04/1968	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	51
M	FMCE – Empregado de Carreira	22/05/1971	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	48
M	FMCE – Empregado de Carreira	19/06/1971	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	48
F	FMCE – Empregado de Carreira	07/06/1976	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	43
F	FMCE – Empregado de Carreira	12/08/1977	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	42
M	FMCE – Empregado de Carreira	12/02/1989	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	30
F	FMCE – Empregado de Carreira	23/05/1992	OFICIAL DE PRODUCAO INDUSTRIAL	27
M	FMCE – Empregado de Carreira	09/03/1954	SUPERVISOR	65
F	FMCE – Empregado de Carreira	22/11/1989	SUPERVISOR	30
M	FMCE – Empregado de Carreira	23/05/1949	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	70
M	FMCE – Empregado de Carreira	04/10/1953	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	66
M	FMCE – Empregado de Carreira	25/10/1955	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	64
M	FMCE – Empregado de Carreira	07/02/1957	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	62
M	FMCE – Empregado de Carreira	22/04/1957	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	62
M	FMCE – Empregado de Carreira	28/07/1958	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	03/08/1959	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	60
M	FMCE – Empregado de Carreira	19/09/1961	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	58
M	FMCE – Empregado de Carreira	23/09/1964	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	55
M	FMCE – Empregado de Carreira	20/08/1968	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	51
F	FMCE – Empregado de Carreira	16/03/1983	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	36
M	FMCE – Empregado de Carreira	09/08/1984	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	35
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/11/1984	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	35
M	FMCE – Empregado de Carreira	31/12/1984	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	35
M	FMCE – Empregado de Carreira	22/03/1985	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	34
F	FMCE – Empregado de Carreira	12/06/1991	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	28
M	FMCE – Empregado de Carreira	16/05/1992	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	27
F	FMCE – Empregado de Carreira	10/06/1954	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	65
M	FMCE – Empregado de Carreira	21/01/1958	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	61
M	FMCE – Empregado de Carreira	12/10/1965	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	54
F	FMCE – Empregado de Carreira	22/10/1970	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	49
M	FMCE – Empregado de Carreira	19/01/1971	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	48
F	FMCE – Empregado de Carreira	28/08/1973	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	46
M	FMCE – Empregado de Carreira	07/08/1978	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	41
F	FMCE – Empregado de Carreira	26/05/1980	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	39
F	FMCE – Empregado de Carreira	17/06/1982	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	37
M	FMCE – Empregado de Carreira	26/03/1983	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	36
M	FMCE – Empregado de Carreira	18/07/1983	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	36
M	FMCE – Empregado de Carreira	24/11/1983	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	36
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/09/1984	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	35
F	FMCE – Empregado de Carreira	30/09/1985	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	34
M	FMCE – Empregado de Carreira	27/12/1985	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	34
F	FMCE – Empregado de Carreira	25/07/1987	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	32
M	FMCE – Empregado de Carreira	05/08/1987	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	32
F	FMCE – Empregado de Carreira	14/12/1990	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	29
F	FMCE – Empregado Temporário	02/04/1991	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	28



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

F	FMCE – Empregado de Carreira	18/07/1992	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	27
M	FMCE – Empregado de Carreira	02/03/1993	TECNICO ADM ESPECIALIZADO	26

M	98
F	31

ITEM	CARGO	CAPITAL SEGURADO EM R\$	QUANTIDADE DE VIDAS
01	Diretor, Chefe de Fábrica, Chefe de Unidade, Chefe de Departamento, Assessor Chefe e Superintendente.	140.000,00	1
02	Gerente, Chefe de Divisão, Assessor Especial e Assessor	70.000,00	7
03	Advogado, Engenheiro e Supervisor	55.000,00	19
04	Analista Especializado e Militar	35.000,00	16
05	Demais cargos (níveis)	22.000,00	82
06	Estagiários	8.500,00	4
TOTAL			129

DESCRIÇÃO DO ITEM	SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de seguro de vida em grupo, acidentes pessoais e assistência funeral, para os empregado, colaboradores e estagiários da IMBEL/FMCE	VIDA	R\$ 3.300,00	R\$ 39.600,00

3.5. O licitante deverá cadastrar sua proposta com o preço mensal para o serviço.

3.6. A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações após a assinatura do contrato.

4. DOS BENEFICIÁRIOS

4.1. O segurado principal poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão.

4.2. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

5. GRUPO E CAPITAL SEGURADO

5.1. Estima-se, com base no dia 31/12/2019, o grupo de 129 (cento e vinte e nove) segurados,



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

conforme distribuição contida na Tabela de Faixa Etária por Capital Segurado do Anexo IV.

5.2. Integram o grupo segurado todos os empregados que possuem vínculo trabalhista com a IMBEL (Dirigentes, Empregados e Aprendizes), os Estatutários, o pessoal cedido (Militares da Ativa e Reserva) e os Estagiários.

5.3. O capital básico segurado individual será distribuído por cargos conforme Tabela abaixo:

5.4. A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações após a assinatura do contrato.

6. DA PERDA DO DIREITO AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

6.1. Deixarão de fazer jus ao Seguro de Vida em Grupo:

- a) o empregado, pelo desligamento da IMBEL;
- b) o empregado afastado por motivo de Licença sem vencimentos.

7. PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES DE SINISTROS

7.1. As indenizações deverão ser pagas pela CONTRATADA, nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora, até 30 (trinta) dias úteis, para todas as coberturas constantes do item 3.4, inclusive o valor adicional da Assistência Funeral.

7.2. A Seguradora adiantará, mediante apresentação da certidão de óbito, no prazo de 2(dois) dias úteis, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado ou do cônjuge, ao beneficiário declarado, de maior percentual, no cartão-proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada.

7.3. O pagamento de indenização referente à invalidez por doença será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.

7.4. Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

Rio de Janeiro, RJ, XX de fevereiro de 2020.

NILTON GONÇALVES REZENDE
Ordenador de Despesas



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II - Proposta de Preços

Dados da Empresa

Local e data

Referência: Edital do Pregão nº 001/2020 – IMBEL/FMCE

Sr. Pregoeiro,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe à Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL/FMCE, a prestação do(s) serviço(s) abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Contratação para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a implantação de apólice para os dirigentes, empregados, estagiários e pessoal cedido para a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FMCE, conforme as condições definidas no edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito, para o período contratual de 12 (doze) meses, conforme características do grupo e capital segurados especificado no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cujo grupo segurado base em 31/12/2020 é de 129 (cento e vinte e nove) segurados, e conforme as condições definidas no presente Edital.

O preço mensal proposto para a prestação dos serviços (Prêmio do Seguro) é de R\$ _____ (____), totalizando a quantia anual em de R\$ _____ (____).

- a) O valor das faturas subsequentes será estabelecido com base na informação da CONTRATANTE da relação de segurados com todos os dados necessários
- b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço objeto desta Licitação.
- c) Prazo de validade da proposta: (não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias).
- d) Caso seja-nos adjudicado o objeto da presente licitação, comprometemos-nos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.
- e) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente).
- f) Obrigamo-nos a assinar o instrumento contratual competente no prazo a ser estabelecido pela IMBEL.
- g) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020PR000001/IMBEL

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - FMCE E A EMPRESA _____ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE APÓLICE PARA OS DIRIGENTES, EMPREGADOS, ESTAGIÁRIOS E PESSOAL CEDIDO PARA A IMBEL

VALOR : R\$ XX.XXX,XX (valor por extenso)

Pelo presente instrumento, a **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL**, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, criada e constituída nos termos da Lei Nº 6227, de 14/07/75, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária nº 02/2017, realizada em 14/12/2017, registrado em 16/02/2018, sob nº 1016486, perante a Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF), conforme o NIRE 53500000275, publicado no DOU, Seção I, de 01/03/2018, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, por intermédio de sua filial **FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA – FMCE**, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.444.232/0006-43, situada na Rua Monsenhor Manoel Gomes, n. 520 – Caju – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.931-670, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Chefe de Fábrica e Ordenador de Despesas XXXXXXX, CPF/MF sob o nº; e o Gestor Financeiro XXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº, e de outro lado XXXXXXX, sediada na Rua/Avenida XXXXXXX, nº XXXXX, XXXXXXX/UF, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(ais), XXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º XXXXXXX Órgão Expedidor/UF e inscrito no

IMBEL – EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA E SEGURANÇA DESDE 1808
Rua Monsenhor Manoel Gomes, 520 – Caju – RJ – CEP 20931-673
Tel./Fax: (21) 3295-5900



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, e XXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º XXXXXXXX Órgão Expedidor/UF e inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, que no final assina(m), doravante denominada CONTRATADA.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, quando citadas coletivamente, serão doravante denominadas PARTES.

De acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações têm entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os dirigentes, empregados, estagiários e pessoal cedido para a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS COBERTURAS

2.1. Morte Natural – Cobertura Básica - CB: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, em caso de morte por causa natural, o pagamento de uma indenização no valor de 100% (cem por cento) do capital segurado;

2.2. Indenização Especial por Morte Acidental - IEA: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, o pagamento de uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) do capital básico segurado, caso o segurado principal venha a falecer em consequência de acidente pessoal;

2.3. Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente - IPA: garante ao próprio segurado em caso de vir a se tornar permanentemente inválido, em função de acidente, o pagamento de uma indenização no valor de até 100% (cem por cento) do capital básico segurado. O cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez (total ou parcial), de acordo com a Tabela de

Invalidez Permanente aprovada pela SUSEP e constante das condições gerais da Apólice;

2.4. Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IPD-F: garante ao próprio segurado em caso de vir a se tornar total e permanentemente inválido, em função de doença, o pagamento de uma indenização no valor de 100% (cem por cento) do capital básico segurado;

2.5. Inclusão Automática do Cônjuge ou Companheiro(a) - IAC: os cônjuges ou companheiros(as) participarão do Seguro de forma automática, com capital correspondente a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital básico do segurado principal;

2.6. Assistência Funeral: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em caso de morte do segurado principal. O valor pago referente a assistência funeral será adicional, não sendo deduzido do valor do capital segurado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. O objeto do presente contrato obedecerá rigorosamente às especificações estabelecidas pelo



ao Edital do Pregão 001/2020, Termo de Referência (Anexo I) e demais documentos que o integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES DE SINISTROS

4.1. As indenizações deverão ser pagas pela CONTRATADA, nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora pela IMBEL/Sede, em até 30 (trinta) dias úteis, para todas as coberturas constantes do item 5.1 da Cláusula Quinta abaixo, inclusive o valor adicional da Assistência Funeral.

4.2. A Seguradora adiantará, mediante apresentação pela IMBEL/Sede da certidão de óbito, no prazo de 2(dois) dias úteis, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado ou do cônjuge, ao beneficiário declarado, de maior percentual, no cartão-proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada.

4.3. O pagamento de indenização referente à invalidez por doença será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.

4.4. Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SEGURADO

5.1. O capital segurado para efeito de cálculo das indenizações individuais estabelecidas na Cláusula Primeira, deste Contrato, será distribuído por cargos, conforme a Tabela abaixo:

ITEM	CARGO	CAPITAL SEGURADO EM R\$	QUANTIDADE DE VIDAS
01	Diretor, Chefe de Fábrica, Chefe de Unidade, Chefe de Departamento, Assessor Chefe e Superintendente.	140.000,00	1
02	Gerente, Chefe de Divisão, Assessor Especial e Assessor	70.000,00	7
03	Advogado, Engenheiro e Supervisor	55.000,00	19
04	Analista Especializado e Militar	35.000,00	16
05	Demais cargos (níveis)	22.000,00	82
06	Estagiários	8.500,00	4
TOTAL			129

5.2. A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações antes e após a assinatura deste contrato.



CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA

6.1.1. Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento.

6.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato;

6.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

6.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela contratante por meio de consulta “on line” no SICAF, no site do TST para verificação de dívidas trabalhistas, no site do Conselho Nacional de Justiça, para verificação de condenação por Improbidade Administrativa, no Portal da Transparência CEIS, para verificação se a empresa não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e ainda junto ao SIAFI para verificação do cadastro de inadimplentes (CADIN).

6.1.5. O Inadimplemento ao subitem **6.1.4.** anterior, ensejará a rescisão do contrato além das penalidades já previstas em Lei (Art. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III e 87, da Lei 8666/93).

6.1.6. Comunicar oficialmente com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, sua intenção em não renovar o Termo Contratual, para que a Administração possa ter tempo hábil em realizar novo processo licitatório.

6.1.7. Garantir o sigilo de dados dos empregados da IMBEL, devendo os mesmos serem fornecidos exclusivamente à IMBEL, sendo vedada sua utilização para outros fins.

6.1.8. Manter preposto junto ao Fiscal do Contrato, para sanar todas as dúvidas ou irregularidades surgidas, durante a execução do contrato.

6.1.9. Prestar o serviço objeto deste contrato estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência do Pregão 001/2020 – FMCE/IMBEL, e demais documentos que o integram, responsabilizando-se inteiramente pela prestação inadequada do serviço.

6.1.10. Atender, durante a vigência do Contrato, o previsto no Art 14 da Circular SUSEP nº 317, de 12 de janeiro de 2006

6.1.11. Pagar as indenizações nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora pela IMBEL/Sede em até 30 (trinta) dias úteis, para todas as coberturas constantes do item 27 deste edital, inclusive o valor adicional da Assistência Funeral.

6.1.12. A Seguradora se obriga a adiantar, mediante apresentação da certidão de óbito pela IMBEL/Sede, no prazo de até 2(dois) dias úteis, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado ou do cônjuge, ao beneficiário declarado, de maior percentual, no cartão-proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada.

6.1.13. A Contratada se obriga a efetuar o pagamento de indenização referente à invalidez por doença de uma só vez ao próprio segurado, comunicando imediatamente a contratante.

6.1.14. A CONTRATADA se obriga, caso venha a efetuar com atraso o pagamento da



indenização, a pagar o valor devido atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

6.1.15. A Contratada, se obriga a informar ao Fiscal de Contrato da IMBEL/SEDE em Brasília-DF, no prazo máximo de 2 (dois) dia útil, contados a partir do dia útil imediato ao recebimento do dossiê de documentos, a falta de algum documento para pagamento do sinistro, para que seja providenciado pelo beneficiário.

6.2. DA CONTRATANTE

6.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

6.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

6.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado.

6.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

6.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

6.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

6.2.7. A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O preço a ser pago à CONTRATADA será definido com base nos valores constantes da proposta vencedora, referente ao Pregão 001/2020 – FMCE/IMBEL, e de acordo com o número de beneficiários incluídos.

7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da Nota Fiscal/Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, que deverá ser devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

7.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia no cadastro da CONTRATADA junto ao SICAF, no site do Conselho Nacional de Justiça para verificação de improbidade Administrativa, no site do Tribunal Superior do Trabalho para verificação de dívidas trabalhistas, no site do Portal da Transparência e no CADIN, o pagamento por serviços prestados será efetuado, sendo a CONTRATADA notificada para promover as correções ou apresentar suas justificativas, tudo por escrito. Não havendo correções ou justificativas aceitas pela CONTRATADA, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste instrumento e a execução da garantia contratual para cobrir possíveis prejuízos causados a Administração.

7.4. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, todos calculados sobre os pagamentos efetuados, observando os procedimentos previstos nas Instruções Normativas SRF nº 539, de 25 de abril de 2005, exceto



nos demais casos previstos na Lei.

7.5. Em hipótese alguma será admitida antecipação do pagamento.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira para com a IMBEL.

7.7. Serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da contratada, quando tais valores não forem ressarcidos pela Contratada;

7.8. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a IMBEL/Sede por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

7.9. A Nota Fiscal/Fatura, deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitida pelo Contratante.

7.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte da IMBEL, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela UG Contratante, entre a data em que o pagamento é devido e a data correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria; serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $I = (TX/100)$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

7.11. O valor mensal a ser pago a CONTRATADA será de R\$......, perfazendo um total no período de 12 (doze) meses em R\$......

7.12. Desde já fica empenhado a quantia de R\$xxxxxxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxx), referente a 2020NExxxxxx, de ____ de _____ de 2020.

CLÁUSULA OITAVA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.1.1. advertência;

8.1.2. multa;

8.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Indústria de Material Bélico do Brasil, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III do Art 87 da Lei 8666/93.

8.1.4. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Art. 7º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; e

8.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

8.2. A Administração poderá aplicar as seguintes multas:



8.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato.

8.2.2. multa de 1,0% (um por cento) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de execução dos serviços, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;

8.2.3. multa de 1,0% (um por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;

8.3. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à administração pública.

8.4. A multa aplicada deverá ser recolhida a IMBEL/Sede por meio de GRU (guia de recolhimento da união), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela IMBEL e o recibo entregue na tesouraria da IMBEL.

8.5. O valor total da multa aplicada e não recolhida pelo licitante através GRU, será descontado da garantia contratual e, no caso da garantia não cobrir o valor da multa aplicada, a diferença será cobrada do(s) pagamento(s) eventualmente devidos pela administração ou cobrada judicialmente (§ 3º, art. 86, Lei 8666/93).

8.5.1. No caso de utilização da garantia contratual pela Administração, a Contratada deverá repor o seu valor integral no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prazo este contados a partir do dia útil imediato a notificação da Contratante.

8.6. Se o adjudicatário recusar-se a assinar o termo de contrato injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes, para nas mesmas condições inclusive de preços, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, previstas neste instrumento.

8.7. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório, mas meramente moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime de eventual reparação de perdas e danos, que do seu ato venham a acarretar.

8.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8.9. Para aplicação das sanções será observado o devido processo legal, por meio da instauração de processo administrativo previsto na lei Nr 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO E DA RENOVAÇÃO

9.1. O prazo de validade do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir **das 00:00 (zero) hora do dia ____/____/2020 até as 24:00 (vinte e quatro) horas do dia ____/____/2021.**

9.2. Por se tratar de serviços continuados para a IMBEL, o contrato poderá ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 60 meses, conforme estabelece o inciso II do Art. 57 da Lei, 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Os contratos regidos pela Lei 13.303/16, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:



a) quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição

quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta

Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de

fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou de serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

10.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10.3. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início do serviço.

V - a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a



cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da

Lei 8666/93;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração dos serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto do serviço nos prazos contratuais;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

OBS: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

11.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do item **11.2**

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do item **11.2**, sem que haja



culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I** - devolução de garantia;
- II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III** - pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 13.303/16, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.3.1. O fiscal do contrato ou seu substituto deverá dar ciência formalmente ao preposto da contratada e, se possível colher o “VISTO” do mesmo no seu livro de registro próprio.

12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

12.5. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, junto a sede da IMBEL em Brasília-DF, para representá-lo na execução do contrato.

12.6. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.7. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela IMBEL.

12.8. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.9. A inadimplência do contratado, com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.10. A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do Art 31 da Lei 8212, de 24 de julho de 1991.

12.11. Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do contrato ou seu substituto.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive pagamento de multas eventualmente aplicadas, a contratada apresentou a garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência, no valor de R\$._____, na modalidade de_____.

13.2. A garantia prestada contratada somente será liberada depois de certificado, pela IMBEL, que o objeto do Contrato foi totalmente realizado a contento.

13.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, o contratado deverá reintegrar o seu valor, no prazo não superior a 8 (oito) dias, contados da data em que for notificado.

13.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.5. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação ao final da vigência deste Contrato, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e ressarcimento de eventuais prejuízos causados à IMBEL ou a terceiros durante a execução do objeto deste Contrato.

13.6. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a contratada deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia e/ou complementação da mesma.

13.8. A contratada deverá apresentar a garantia contratual no ato da assinatura deste termo, sob pena de aplicação das multas prevista, rescisão contratual e instauração de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

14.1. Decorridos doze meses, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice estipulado pela SUSEP. No caso de não haver índice de reajuste estipulado pela SUSEP, o reajustamento será pelo IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Para cobrir as despesas decorrentes, a IMBEL utilizará recursos descentralizados no PRes XXXXX, Fonte 0100000000, ND 339039 – PI B1DAFUNSEGO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PERDA DO DIREITO AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

16.1. Deixarão de fazer jus ao Seguro de Vida em Grupo:

- a) o empregado, pelo desligamento da IMBEL;
- b) o empregado afastado por motivo de Licença sem vencimentos.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS BENEFICIÁRIOS

17.1. O segurado principal poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão.

17.2. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

18.1. Acordo de nível de serviço (ANS), é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

INDICADOR	
Prazo de atendimento das demandas	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um atendimento célere aos sinistros ocorridos.
Meta a cumprir	Pagamento imediato do sinistro dentro dos prazos previstos
Instrumento de medição	Controle pela IMBEL/Sede em Brasília-DF, pelo Fiscal do Contrato, através de todos os meios de comunicações disponíveis(e-mail, Telefone, ofícios, etc)
Forma de acompanhamento	Pelo Fiscal do Contrato junto ao Preposto e a Seguradora
Periodicidade	sempre que houver ocorrências
Mecanismo de cálculo	Seguro de vida em grupo a todos os empregados que possuem vínculo trabalhista com a IMBEL (Dirigentes, Empregados e Aprendizizes), os Estatutários, o pessoal cedido (Militares da Ativa e Reserva) e os Estagiários.
Início da vigência	Data da assinatura do contrato
Faixa de ajuste no pagamento	Controle rigoroso do pagamento dos sinistros, através do Fiscal do Contrato, notificando a Contratada em caso de atrasos para regularizar a situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do dia útil imediato ao recebimento da notificação.
Sansões	Conforme as previstas no Edital e no Termo de contrato
Observações	A Contratada, deverá informar ao Fiscal de Contrato da IMBEL/SEDE em Brasília-DF, no prazo máximo de 2 (dois) dia útil, contados a partir do dia útil imediato ao recebimento do dossiê de documentos, a falta de algum documento para pagamento do sinistro, para que seja providenciado pelo beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A Contratante providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura, de acordo com o § único do Art 61 da Lei nº8666/93.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As partes assinam o presente Contrato declarando estarem cientes de todos os termos e condições nele contidas, comprometendo-se a observar e fazer com que sejam observadas todas as condições que levem a efeito a execução deste instrumento.

20.2. Quaisquer notificações ou comunicações que vierem a ser realizadas entre as partes, por força do presente Contrato, ou dele resultantes, deverão ser efetuadas somente por escrito e considerar-se-á efetuada na ocasião em que a parte destinatária receber, em seu endereço, a notificação ora mencionada e responder por escrito a concordância do mesmo..

20.3. Qualquer alteração no presente Contrato apenas poderá ser realizada por Termo Aditivo, e obedecerá às mesmas formalidades deste instrumento.

20.4. Integram o presente contrato o edital, a proposta da Contratada e a Apólice de Seguro emitida pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal da cidade do Rio de Janeiro-RJ, para conhecer e julgar disputas judiciais, que possam resultar da execução do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares efeitos de direito.

Rio de Janeiro, RJ, de de 2020.

Contratante

CPF

Idt

XXXXXXXX

Representante da CONTRATADA

CPF

Idt



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DO EXÉRCITO
FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

IMBEL/FMCE

____ / ____

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO IV

***MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO
OBJETO (CAPACIDADE TÉCNICA)***

Referência: Edital do Pregão Nº 001/2020 – IMBEL/FMCE

Nos termos do inciso II do art 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, **executou o serviço de seguro de vida em grupo, com a implantação de apólice , cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.**

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr

ÓRGÃO EMISSOR